

Exmos. Senhores

Nossa referência

Reg 261/2021

Assunto: Convite à apresentação de proposta no âmbito do procedimento de consulta prévia simplificada para a formação de contrato de aquisição de serviços de apoio técnico na preparação das especificações técnicas e acompanhamento técnico dos procedimentos aquisitivos inscritos no Plano Operacional para o Digital (POD)

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., doravante designada por Agência, I.P., pessoa coletiva nº 510 928 374, com sede na Av. 5 de Outubro, 153, em Lisboa, telefone 218814000, fax 218881111 e endereço de correio eletrónico: agencia@adcoesao.pt, convida V. Exas a apresentar proposta no âmbito do procedimento de consulta prévia simplificada adotado para a celebração do contrato supra referenciado.

1. Informa-se que:

- a. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo de 11 de janeiro de 2022.
- b. A escolha do procedimento de consulta prévia simplificada é realizada ao abrigo dos artigos 2º, alínea b), 9º a 16º e 17º, nºs 2 e 3, todos da Lei nº 30/2021, de 21 de maio.

2. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta tem de ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a. Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
- b. Documento da proposta técnica, contendo os seguintes aspetos:
 1. Termos ou condições de execução do contrato, designadamente explicitação da metodologia a utilizar para a prestação dos serviços;



2. Documento que contenha o preço total da proposta, de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, indicado em algarismos e por extenso com exclusão do IVA, prevalecendo, em caso de divergência, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso. Sempre que não seja expressamente mencionado que ao preço total acresce o IVA, entende-se que o preço apresentado não inclui aquele imposto;
3. Nota justificativa do preço proposto;
4. *Curriculum vitae* de cada um dos elementos que integra obrigatoriamente a equipa afeta à execução do contrato a celebrar, para efeitos do cumprimento dos requisitos constantes da Parte II do Caderno de Encargos, devendo V. Ex^{as} obter o necessário consentimento para transmissão dos dados pessoais e da sua publicação na plataforma baseGov, para efeitos do Regulamento nº 679/2016 e da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto.

3. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica, em www.acingov.pt, até às 23h59m do 6º dia contado do dia seguinte ao da disponibilização do presente Convite na referida plataforma.
- 3.2. Todos os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP. Os documentos são obrigatoriamente assinados com assinatura digital qualificada ou por certificado digital e sempre que deles não conste a qualidade os poderes para assinar, têm obrigatoriamente de ser remetidos juntamente com a proposta o(s) documento(s) comprovativo(s) dessa qualidade.

4. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

6. ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E LISTA DE ERROS E OMISSÕES

- 8.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões devem ser apresentados pelos



interessados na plataforma eletrónica www.acingov.pt, até às 23h59m do dia em que se cumpre um terço do prazo para apresentação das propostas.

- 8.2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri na referida plataforma eletrónica, até às 23h59m do dia em que se cumprem dois terços do prazo para apresentação das propostas.
- 8.3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, na referida plataforma eletrónica, até às 23h59m do dia em que se cumprem dois terços do prazo para apresentação das propostas.
- 8.4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na referida plataforma eletrónica.

7. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

8. NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

9. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E FATOR DE DESEMPATE

- 12.1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator de preço mais baixo, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 12.2. Em caso de empate na pontuação final das propostas classificadas em 1.º lugar, o desempate é feito por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, em data, hora e exato local, a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias, do qual será lavrada ata, não constituindo fundamento de adiamento a não comparência de algum dos representantes dos concorrentes.

10. ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. 13.1. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve disponibilizar na plataforma www.acingov.pt os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP. Juntamente com os documentos de habilitação referidos, deve o adjudicatário juntar Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).



- 13.2. Os documentos referidos nos números 1 e 2 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual adjudicatário o declare a respetiva prevalência sobre os originais.
- 13.3. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, até 3 (três) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
2. A celebração do contrato não se encontra sujeita à prestação de caução.
3. Às normas do presente Convite aplica-se o disposto na Lei nº 30/2021, de 21 de maio e, subsidiariamente, o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Com os melhores cumprimentos,

Joana do Ó

Assinado de forma digital por
Joana do Ó
Dados: 2022.01.11 18:25:52 Z